

... Cadernos :: edição: 2006 - Nº 28 > Editorial > Índice > Resumo > Artigo

### **Enfoque psicopedagógico na relação família e escola**

**Reinoldo Marquezan\***

A família se constituiu com a finalidade de preservar a propriedade privada e defender o casamento monogâmico. Diferentes arranjos familiares se sucederam e conviveram simultaneamente ao longo da história social da família. A hierarquia rígida na organização familiar e na definição dos papéis familiares, a defesa da tradição e o patriarcado constituíram os esteios que resistiram e resistem às mudanças que alteram a estrutura da sociedade. As relações familiares baseadas na obediência dão sinais de transformação passando a se regularem por condutas baseadas em princípios éticos onde o outro da relação é uma condição indispensável para a presença do eu.

**Palavras-chave:** Família, Educação, Relação Psicopedagógica.

\* Professor do Departamento de Educação Especial, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Minha intenção neste artigo é produzir argumentos que possam suscitar discussão em torno de questões que cercam a instituição familiar e suas relações com outras instituições sociais procurando aproximações com a instituição escolar. Num primeiro momento identifico os motivos principais que levaram a família se constituir. Depois os arranjos familiares que se organizaram para fazer frente às demandas produzidas na sociedade. As relações família-escola são consideradas nos seus fundamentos psicopedagógicos de onde se pode depreender uma casuística que propositadamente não é aqui abordada pela exiguidade do texto.

Na sociedade pré-moderna a família não tinha função afetiva. Ela oportunizava a ajuda mútua entre um homem e uma mulher numa época em que isolados tinham reduzido as suas chances de sobrevivência. Na sociedade pré-moderna a família era constituída de forma grupal. A propriedade privada ensejou a monogamia e ambas se constituíram nos principais fatores que geraram instituição familiar. O casamento monogâmico com duração indeterminada assegurava a transmissão da herança aos descendentes.

A passagem da criança pela família se limitava a um período muito curto de tempo. Logo que ela adquirisse algumas condições mínimas de desempenho pessoal-social passava a repartir com os outros – adultos e crianças – os mesmos jogos e trabalhos. Conforme Ariès (1978) a morte de uma criança era pouco sentida, logo vinha outra no seu lugar. O sentimento de infância era pouco evidenciado. Isto, no entanto, não quer dizer que não existisse afeto entre cônjuges e entre pais e filhos. O afeto não era uma condição necessária à existência e para o funcionamento da família.

As diferenças entre os arranjos de convivência na sociedade pré-moderna e na sociedade moderna vão estabelecer profundas alterações na dinâmica de funcionamento da família. A civilização pré-moderna se caracterizava por uma estratificação hierárquica bem definida e pela escassa mobilidade social. A trajetória social das pessoas era fortemente influenciada pela sua origem de nascimento. A função que cada um desempenhava era determinada pela sua posição social e permanentemente ratificada pelo cotidiano. A rígida hierarquia estabelecia que apenas uma ou algumas poucas pessoas iriam ocupar posições no topo da pirâmide social. Assim, se estabeleceu o que Aristóteles (384-322 a.C.) cunhou como teoria da "Escravidade Natural". A Teoria afirma que a natureza está dividida em duas partes. Uma delas tem a função de mandar, a outra de obedecer. É natural, portanto, que o homem livre mande no escravo, que o pai mande no filho, que o professor mande no aluno. Quem manda está pleno de razão e vontade, quem obedece está privado destes e, é de seu interesse ser tutelado.

Poster, referenciado por Reis (1988), categoriza as famílias em quatro modelos. A família aristocrática e a família camponesa foram predominantes nos Séc. XVI e XVII, a família proletária e a família burguesa predominaram no Séc. XIX.

A aristocracia se assentava no poder do monarca e no domínio das terras. O casamento era um ato político, pois dele dependia a manutenção das posses. A privacidade era mínima e as condições de higiene precárias. Era alto o índice de nascimento e igualmente elevado o índice de mortalidade infantil. A educação era orientada para a obediência à hierarquia social determinada pela tradição. Os castigos

familiar era mais significativo para seus integrantes. A aldeia por meio dos costumes e tradições regulava a convivência entre seus integrantes. A família não era um espaço privado e os laços afetivos se estendiam para fora dela. A mãe camponesa era encarregada de cuidar os filhos e nesta tarefa recebia ajuda de outras mulheres, vizinhas e parentas, pois sua presença também era necessária no trabalho do campo.

A família operária se formou no período da industrialização, no início do Séc. XIX. Sua origem era a família camponesa que migrou para áreas urbanas. Todos os membros da família trabalhavam, mesmo as crianças com idade em torno de dez anos, por longas jornadas. As condições de trabalho, de moradia, de higiene eram precárias e isto elevava o índice de mortalidade infantil. A família proletária atravessa três fases distintas ao longo de sua existência. Na primeira fase ela se caracteriza pela vida comunitária e pelo apoio mútuo entre seus membros. As crianças conviviam informalmente num amplo segmento de relações. Na fase seguinte, na segunda metade do Séc. XIX há uma melhoria na profissionalização do operário e nas condições de vida da família proletária. Começa haver diferenciação entre os papéis sexuais: as mulheres passam mais em casa cuidando dos filhos e os homens mais tempo trabalhando na fábrica. A terceira fase, já no Séc. XX se caracteriza pela mudança da família para os subúrbios, pelo incremento da vida privada e mais preocupação com a educação e com o futuro dos filhos. Simultaneamente a família proletária acentuou a autoridade paterna e o conservadorismo.

A família burguesa se estruturou no período entre o final do Séc. XVIII e início do Séc. XIX. Era constituída pela nova classe dominante cujos padrões de relacionamento familiar e social se diferenciavam claramente dos modelos vigentes. Fechada em si mesma mantinha uma nítida separação entre o mundo do trabalho e o mundo familiar, entre o público e o privado. Os papéis sexuais eram rigorosamente definidos. O homem era o provedor, autoridades dominantes, livres e autônomas. A mulher era responsável pela casa, pela educação dos filhos. Emotiva e servil ao marido. Era intolerável a sexualidade feminina fora do casamento. O prazer sexual era secundário, pois a atividade sexual feminina se limitava à necessidade de procriação. Na família burguesa havia uma dissociação entre sexualidade e afetividade: as mulheres eram seres angelicais superiores as demandas animais do sexo que os homens buscavam fora do casamento. A mulher era dado o compromisso com o futuro dos filhos. A gestação, o desenvolvimento infantil, os "modos", a saúde e as doenças dos filhos eram responsabilidade da mulher.

A repressão à sexualidade infantil foi implacável na família burguesa. As manifestações de erotismo na infância eram severamente punidas pelos pais e condenadas pela medicina. A chantagem afetiva era freqüentemente feita pelos pais em relação à sexualidade e ao corpo da criança. Estas práticas levavam as crianças a viver situações conflitivas em relação a si – corpo, sexualidade – e ambivalentes em relação aos pais – amor, ódio.

A educação dos filhos e sua preparação profissional eram prioritárias no casamento burguês. O filho homem haveria de ser autônomo, autodisciplinado, capaz profissionalmente e com idoneidade moral. Para a mulher a preparação profissional, o diploma, era mais uma questão de status a ser usado apenas em situações de emergência. A prioridade, quase obsessiva, com a educação dos filhos, revela um sentimento de perda experimentado pelos pais, principalmente o pai, nas suas impossibilidades de formação. Isto se torna visível em relação ao diploma universitário. Os pais que contraíram posses e por alguma razão não se diplomaram, se empenham para que os filhos obtenham a formação universitária que será para a família um símbolo de reconhecimento social.

O arranjo social moderno que, conforme Heller (1999), começou a ser construído sob os escombros da civilização pré-moderna e tem a marca da liberdade. As tradições foram questionadas, as regras e as normas não eram seguidas. Homens e mulheres conquistaram oportunidades de escolher posições na hierarquia social e puderam acreditar em si e no seu sucesso. Há condições para o jovem planejar seu futuro. "A dinâmica moderna se caracteriza por uma negação constante e pela justaposição, pela crítica e pela idealização". (HELLER, 1999, p.17). A dinâmica social da modernidade permite a alternância das instituições sociais, opções de vida, novas formas de organização que possibilitam a ventilação do edifício social moderno.

O processo de transição do arranjo social da civilização pré-moderna para a moderna se deu de forma rápida e traumática, conforme Heller (1999). Implicou no questionamento e na abolição da tradição, na perda de segurança espiritual e material, na necessidade de exploração e de domínio sobre a natureza. As conseqüências desse processo são sentidas no desequilíbrio ecológico, na relação entre as nações, na organização e funcionamento das instituições sociais incluindo a familiar. Mudanças rápidas e urgentes de hábitos, de formas de conhecer, de formas de fazer são realizadas durante várias vezes ao longo da vida de uma mesma pessoa. A dinâmica social da modernidade gera possibilidade de participação das pessoas nos processos de decisão, mas em função da rapidez com que se dão as mudanças e a fluidez dos acontecimentos, elas têm pouca clareza de suas ações. Até quando a natureza e as pessoas poderão suportar a necessidade e a velocidade das mudanças é uma grande

mulher, a transformação do mercado de trabalho, a mobilidade social produzem uma profunda reestruturação da família.

A família, poder moral da comunidade (Hegel), baseada no amor, ou seja, na intimidade, sofre pressão vinda do seu interior e de grupos representantes de gêneros, de raças, de preferências sexuais que ameaçam a permanência da esfera íntima, se opõem ao instituído e introduzem mudanças que alteram as relações.

O arranjo social moderno tinha no trabalho a sua "pedra de toque". O trabalho significava reconhecimento pessoal e bem estar para a família. O movimento escolanovista, a partir de Dewey, enfatizava que a educação deveria ser pragmática, com base na atividade, na produção e no trabalho como fundamento da "solidariedade e da cooperação". (GHIRALDELLI JR. 2003, p. 35). O "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (1932) referia que a tarefa educativa é responsabilidade da família e do Estado<sup>1</sup> e denunciava que a família deixava ser um "centro de produção" e se tornava um "centro de consumo" da educação. (Ib. Id.). Dessa forma ao transferir para o Estado a tarefa educativa à família deixava de participar da formação integral dos filhos.

O desenvolvimento tecnológico e as formas como a sociedade se organiza retiram milhões de pessoas dos mercados e minimizam o poder moral do trabalho. Esta tendência permite prever uma divisão das sociedades em dois segmentos desiguais. De um lado uma minoria que aprenderá muito e atuará em campos altamente sofisticados, que trabalhará muito e por longos períodos, ganhará muito, terá pouco tempo para lazer e se tornará ansioso e neurótico. De outro lado haverá uma maioria que aprenderá pouco, trabalhará poucas horas, ganhará pouco, se tornará ansiosa, neurótica e perigosa. (HELLER, 1999).

Para compreender a dinâmica de funcionamento do grupo familiar é necessário considerá-la dentro e como parte da sociedade e sua história. Conforme Reis (1988) três considerações ajudam nossa compreensão. A primeira delas refere à família como não tendo uma essência natural e sim como uma instituição criada para atender a determinadas necessidades surgidas em épocas e lugares diferentes. A segunda consideração sustenta que a família se constitui em torno de uma necessidade material: a reprodução. A terceira consideração salienta a função ideológica da família.

A família assegura a reprodução biológica e a reprodução social e participa do projeto global da sociedade. A educação, portanto, assegura ao mesmo tempo a participação e a continuidade da família, a partir de seus membros, como sujeitos e agentes do projeto social.

A família exerce as funções de instância de reprodução da ideológica. Nela ocorre à estruturação da vida emocional de cada um de seus membros de forma a habilitá-los para o exercício de um conjunto de valores, de comportamentos a serem assumidos e reproduzidos no âmbito da sociedade.

O movimento de funcionamento do processo de produção e transmissão da ideologia, formas de pensar e agir social, no seio da família começa por uma concepção ideologizada de si mesma. Nesta concepção a família é vista como natural, como universal.

Pêcheux (1997) ao destacar as condições ideológicas de reprodução/transformação sinaliza que a ideologia apesar de sua importância não é única responsável pela dinâmica reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social.<sup>2</sup> Adverte que falar de produção/transformação é admitir o caráter contraditório de todo o modo de produção que se baseia numa divisão em classes. Isto significa que é incorreto situar de um lado o que contribui para a reprodução e de outro lado o que contribui pra a transformação das relações de produção. Pêcheux (ib.id.) adota de Althusser o conceito de aparelho ideológico de Estado e assume a convicção de que as ideologias são feitas de práticas e não de idéias. Destaca que 1) a ideologia não se reproduz de forma impositiva à sociedade; 2) nem mesmo a reprodução ocorre sem conflito da classe dominante; 3) a ideologia da classe dominante se torna dominante pela presença em um dos aparelhos ideológicos de Estado em cujo interior essa ideologia é realizada e se realiza; 4) os aparelhos ideológicos de Estado não são instrumentos de pura reprodução das relações de produção dominante, tornam-se lugar e condições ideológicas da transformação das relações de produção. As condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção ocorrem em um momento histórico determinado e para uma determinada formação social pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, contidos nesta formação social. Este conjunto complexo significa as relações de contradição/desigualdade/subordinação entre os aparelhos e no interior deles. Depreende-se daí que numa determinada conjuntura social os aparelhos não contribuem de maneira idêntica para a reprodução e para a transformação das relações de produção.

A função social da família se efetiva pelo exercício da função que cada um de seus membros realiza conforme a posição que ocupa na estrutura sócio-afetiva e cognitiva do grupo familiar. Refiro-me ao papel social. O papel social evidencia duas instâncias empiricamente distintas: a expectativa de

d h d h f i E i d d h d d i ã j i

função correspondente delimitam o papel social de cada membro na organização. O papel social corresponde a um conjunto de comportamentos manifesto que são engendrados a partir das relações entre os sujeitos. Os comportamentos explicitam as formações atitudinais ideologicamente formadas. Os papéis sociais e seu desempenho é aprendido e o primeiro deles é o papel de filho. A autoridade e o amor estão na base desta pedagogia familiar. Submetida a autoridades dos pais a criancinha nega seus impulsos e orienta seus desejos para obter o indispensável afeto que mamãe e papai lhe dão. A relação de obediência aos pais se transforma em norma social familiar e passa ser aceita, também defendida e depois transferida para as relações extrafamiliares – escolares, profissionais, esportivas. Essas relações familiares se tornam naturais assim como os papéis sociais também se naturalizam conduzindo a família funcionar como uma matriz biológica e identitária.

A partir da Segunda Guerra Mundial novos e importantes fatos apareceram para produzir e acelerar o processo que Castells (1996) denomina “transformação estrutural nas sociedades avançadas”. Essa transformação resulta da combinação de três fatores: das tecnologias de informação/comunicação, da globalização da economia e de um acelerado processo de mudanças culturais que tem como principal agente à mudança de papéis das mulheres na família e na sociedade. A participação massiva das mulheres nos mercados de trabalho, em países desenvolvidos, combinada com os movimentos sociais de defesa da identidade está modificando o arranjo familiar patriarcal. As demandas das mulheres encontram resistências por parte de outras mulheres que ainda não enxergam para além da clausura doméstica, mas, sobretudo, por parte dos homens que vêm seus interesses e privilégios ameaçados.

A igualdade de direitos entre gêneros é um processo irreversível. As marcas do patriarcado, talvez pela dureza adquirida ao longo dos anos, custarão a desaparecer. E, nesse processo de desconstrução-construção novas formas de relacionamento social se constituem. A separação entre gêneros se eleva, o número de famílias de mães/filhos e pais/filhos é crescente. A socialização das crianças é fator do desenvolvimento que mais se mostra influenciada pelos novos arranjos familiares que cada classe social implementa. As crianças e os adolescentes estão socializados a margem do modelo patriarcal e tendo que desempenhar mais cedo novos papéis sociais. As conseqüências dessa nova forma de socialização são personalidades mais complexas, mais adaptáveis, mais imediatistas, menos seguros, mais violentos, menos obedientes. A família tradicional burguesa que serviu de modelo para a formulação das principais teorias psicológicas apresentadas entre a segunda metade do Séc. XIX e primeira metade do Séc. XX se modificou profundamente e aquele entendimento teórico parece não dar mais conta da complexidade das personalidades que se forjam num mundo de rápidas, constantes e imprevisíveis mudanças.

A violência no interior da família revela um esvaziamento da família como função simbólica. De instituição sagrada e privada a família passa a ser simbolizada como agressiva e violenta. A violência sexual cada vez mais crescente se deve, principalmente, ao desaparecimento da esfera íntima que a família ainda dispõe.

O arranjo familiar burguês fundada no amor e na autoridade ainda continua predominando, mas são sensíveis as alterações nela produzidas. Entre os casais que estão juntos está em curso uma mudança nos papéis tradicionais. O trabalho doméstico começa a ser realizada em parceria, a necessidade profissional de cada cônjuge são acordadas entre si, as relações com os filhos se realizam de forma mais franca e menos vertical.

É oportuno pensar a maneira como me relaciono com o outro da minha relação – filho, cônjuge, aluno. A fórmula tradicional de manipulação da resistência começa dar o lugar à ética como fundamento de responsabilidade para com o outro da relação. Eu sou responsável pelo outro, a reciprocidade é uma condição do outro que eu não posso exigir. Isto faz lembrar Antoine de Saint-Exupéry que na fala da raposa ante a presença do Pequeno Príncipe, desculpou-se por não poder brincar com ele porque ninguém lhe havia cativado. O príncipezinho, por sua vez, nem sabia o que significava cativar. Como, então, exigir dele tal comportamento? Para cativar é necessário que ele entre na relação. Eu sou responsável pelo outro, por cativá-lo, é a mim que ele se dirige com a sua resistência.

Meirieu (2002) considera que a minha posição ética é refletida pela minha palavra. Se ela for utilizada como um instrumento de dominação para imobilizar o outro quando perceber sua resistência ao meu projeto, de forma a não lhe deixar alternativa que não seja aceitar ou recusar em uma relação de força, estarei desprezando a chance de tornar possível à sedimentação de um caminho para o devir do outro. Afirma, por outro lado, Meirieu (2002, p. 79) que

se eu reconhecer em meu discurso uma proposta que se ofereça à compreensão do outro, uma palavra que, sem negar nada de suas convicções e de sua conduta, deixa-se trabalhar internamente pela exigência de clareza, pela preocupação com o rigor e pela vontade de explicitar cada vez mais e melhor os desafios que comporta, se minha palavra não for totalidade, clausura, objeto acabado para pegar ou largar, mas se se inserir deliberadamente no inacabado ou no inacabável, então algo poderá acontecer

se deixa ver e ser reconhecido na sua identidade pessoal no momento pedagógico. É momento que ... reconduz o saber à ordem dos conhecimentos. É o momento em um sujeito, um 'nome', interpela a coerência de um discurso ou de um dispositivo não para adaptá-los às suas 'necessidades', e sim para explorar diante dele, com ele, outros caminhos..." (Ib. Id, p.84). A Pedagogia vivifica no momento pedagógico ao deixar a mostra à resistência multifacetada – interesses, representações, fantasias, medos - do outro ao nosso projeto pedagógico. A resistência se forma no exato momento do encontro entre a "lógica do ensino" configurada pela organização, programação e planejamento dos saberes e a "lógica da aprendizagem" que se configura na ordem das descobertas, na liberdade de aprender e na singularidade das condutas de aprendizagem. O momento pedagógico é a percepção deste encontro cuja visibilidade é inferida a partir dos movimentos de reconhecimento, consideração e busca de pontos de apoio para a aprendizagem no ensino, executados pelo educador.

Em Maturana (2002 e 2003) a relação com o outro implica na aceitação do outro como legítimo na convivência. A relação fundada na negação, na obediência, no preconceito, sequer pode ser considerada como relação social. Isto porque estas formas de proceder negam a condição biológica de seres dependentes do amor e, assim, nega o outro como legítimo outro na relação social. Quando ocorre a negação do outro como legítimo outro na relação social, estamos diante da competição. A competição é um fenômeno tipicamente humano, nela não existe convivência sadia, pois a vitória de um implica a derrota, a negação, o aniquilamento do outro.

As ações humanas são movidas pela emoção e o amor é o fundamento do social, que só se efetiva como social, indispensável para o desenvolvimento, na aceitação do outro como legítimo na relação. O processo de educar implica esta relação de aceitação do outro no domínio das ações. Esta convivência com o outro torna, progressivamente, congruente o modo de conviver um com o outro, e, isto dá à educação uma característica de reciprocidade. A educação se constrói numa história de convivência, de forma que a maneira como vivemos caracteriza o modo como educamos. Assim a aceitação do outro como legítimo na relação constitui uma garantia de que o outro irá aceitar-se a si mesmo, a respeitar-se, a aceitar e a respeitar o outro.

---

#### Referências

- ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.  
 CASTELLS, M. e outros. Novas perspectivas críticas em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.  
 HELLER, A. Uma crise global da civilização: os desafios futuros. In: SANTOS, Theotônio. (Org.). A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.  
 GHIRALDELLI JR, P. Filosofia e história da Educação brasileira. São Paulo: Manole, 2003.  
 MATURANA, H. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: UFMG, 2002.  
 MEIRIEU, P. A Pedagogia entre o dizer e o fazer. Porto Alegre: Artmed, 2002.  
 MELERO, M. L.; MATURANA, H.; PÉREZ GÓMEZ, A. I.; SANTOS GUERRA, M. A. Conversando con Maturana de Educación. Málaga (Espanha): Aljibe, 2003.  
 REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. e CODO, W. Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1988.

#### Notas

1 Constituição de 1934, Art. 149 – A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos... Constituição de 1937, Art. 125 – A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais...

2 O "todo social" de Marx concebe a estrutura da sociedade como constituída por três "níveis" ou "instâncias" articuladas entre si: econômica, jurídico-política e ideologia. A instância econômica forma a infra-estrutura (forças produtivas e relações de produção), a instância, jurídico-política (o Direito e o Estado) e a instância ideológica (as distintas ideologias políticas, jurídicas, religiosas) compõem a superestrutura. Comentário extraído de ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª ed.

#### Correspondência

Reinoldo Marquezan - Universidade Federal de Santa Maria/Centro de Educação/Departamento de Educação Especial. Cidade Universitária - 97105-900 - Santa Maria, RS.  
 E-mail: reinoldomarquezan@terra.com.br

Recebido em 18 de maio de 2006

Aprovado em 17 de outubro de 2006

---

